

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Requer ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com cópia à Secretaria da Fazenda, solicitando informações sobre a possibilidade dos profissionais da saúde e da segurança pública obterem a concessão de aumentos, progressões e promoções funcionais, possibilitando o reajuste salarial para esses profissionais que atuam diretamente no enfrentamento à Covid-19 (Doença do Coronavírus 2019).

O Deputado que o presente subscreve, vem, nos termos regimentais desta Augusta Casa de Leis, após anuência do Plenário, requerer ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com cópia à Secretaria de Estado de Infraestrutura, solicitando informações sobre a possibilidade dos profissionais da saúde e da segurança pública obterem a concessão de aumentos, progressões e promoções funcionais, possibilitando o reajuste salarial para esses profissionais que atuam diretamente no enfrentamento à Covid-19 (Doença do Coronavírus 2019).

JUSTIFICATIVA

Foi sancionada a Lei nº 3.462 de 25 de abril de 2019, que suspendeu os reajustes e progressões dos servidores públicos pelo período de 24 meses.

Conforme o Decreto nº 6.072, editado pelo Governo do Estado do Tocantins no dia 21 de março, foi declarado estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, em razão da COVID-19 (novo Coronavírus) - Codificação Brasileira de Desastre 1.5.1.1.0, sendo reconhecido pelo Governo Federal através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

É notório que os profissionais que mais se arriscam neste momento de extrema dificuldade são os profissionais da saúde e da segurança pública, que visam garantir para população em geral as melhores condições de controle e tratamento para o enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19 (Doença do Coronavírus 2019).

Esses profissionais colocam suas vidas em risco, pois estão na linha de frente de combate à propagação do vírus, por isso, deveriam ter suas progressões e reajustes salariais novamente empregados em seus contracheques.

Faz-se necessário um estudo sobre a possibilidade dos servidores públicos da saúde e da segurança voltarem a receber suas progressões e reajustes salariais, visto que isso já é um direito garantido e que se encontra suspenso pela Lei Nº 3.462/2019.

Diante do exposto, por se tratar de demanda pautada no interesse social, que tem como pressuposto o compromisso do Estado do Tocantins, requeiro apoio aos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO